CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REUNIÃO DA MESA DIRETORA

ATA N.º 01/2026

DATA: 19 DE OUTUBRO DE 2026.

HORÁRIO: 18 HORAS.

LOCAL: EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.

PAUTA: ELABORAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/2026, QUE ALTERA O REGIMENTO INTERNO, E SEU ENCAMINHAMENTO PARA LEITURA EM PLENÁRIO E TRAMITAÇÃO REGIMENTAL.

AOS 19 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2026, NO EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA MESA DIRETORA, VEREADORES DENYS TEIXEIRA SAUL, PRESIDENTE, VALMIR CLÁUDIO RODRIGUES, VICE-PRESIDENTE, AYRTON CAPASSI, 1º SECRETÁRIO, E GUILHERME DA FONSECA BRAZ, 2º SECRETÁRIO, PARA TRATAR DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/2026.

ABERTA A REUNIÃO, A MESA DIRETORA REGISTROU QUE O PROJETO ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL (RESOLUÇÃO N.º 02, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000), PARA ADEQUÁ-LO ÀS EXIGÊNCIAS DA NOTA TÉCNICA N.º 38/2025 – CGF/TCE-PR E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 197/2025 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (PROLEGIS), CONFORME A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUE O ACOMPANHA. FOI CONSIGNADO QUE A PROPOSIÇÃO FOI DESENVOLVIDA COM AUXÍLIO DA PROCURADORIA JURÍDICA E QUE SE ORGANIZA EM OITO CAPÍTULOS.

FORAM APRESENTADOS OS SEGUINTES PONTOS DO PROJETO: A INDIVIDUALIZAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES, QUE PASSAM A NOVE, COM AS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA PÚBLICA, E A PREVISÃO DE ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES POR COMISSÕES ESPECIAIS; A CRIAÇÃO DA MOÇÃO COMO ESPÉCIE DE PROPOSIÇÃO; O CONTROLE DE REGISTRO DAS PROPOSIÇÕES; E O PRAZO DE CINCO DIAS PARA A REMESSA DOS AUTÓGRAFOS AO PREFEITO.

FORAM APRESENTADAS, AINDA, AS DISPOSIÇÕES SOBRE O QUÓRUM E O VOTO NAS DELIBERAÇÕES SOBRE CONTAS, COM A SUPRESSÃO DO VOTO SECRETO PARA O JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO E A EXIGÊNCIA DE VOTAÇÃO NOMINAL; A TRANSMISSÃO DAS SESSÕES PELA INTERNET, A SESSÃO HÍBRIDA EM HIPÓTESES EXCEPCIONAIS, O PAINEL ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO E O SISTEMA ELETRÔNICO OFICIAL DE TRAMITAÇÃO; E O NOVO RITO DE JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO (ARTIGOS 184 A 187), COM NOTIFICAÇÃO, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, DEFESA COMPLEMENTAR, PRAZO MÁXIMO DE JULGAMENTO, PRAZO DE ENVIO DO DECRETO LEGISLATIVO AO TRIBUNAL DE CONTAS E EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO. AS DISPOSIÇÕES FINAIS REVOGAM DISPOSITIVOS INCOMPATÍVEIS E CONDICIONAM A EFICÁCIA DAS NORMAS QUE DEPENDAM DE SISTEMA OU PAINEL ELETRÔNICO À EFETIVA DISPONIBILIZAÇÃO DESSES RECURSOS.

A MESA DIRETORA REGISTROU, NOS TERMOS DO ARTIGO 195 DO REGIMENTO INTERNO, QUE A APROVAÇÃO DO PROJETO EXIGE VOTO FAVORÁVEL DE DOIS TERÇOS DOS MEMBROS DA CASA.

AO FINAL, DELIBEROU-SE PELA COMUNICAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO À PRESIDÊNCIA, POR MEMORANDO INTERNO, COM SOLICITAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS QUANTO À LEITURA DA PROPOSIÇÃO EM PLENÁRIO E À SUA TRAMITAÇÃO REGIMENTAL, ANEXANDO-SE O PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/2026, COM A RESPECTIVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO, LAVRANDO-SE A PRESENTE ATA, QUE, LIDA E APROVADA, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS DA MESA DIRETORA PRESENTES.

FLORESTÓPOLIS-PR, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

DENYS TEIXEIRA SAUL
Presidente

VALMIR CLÁUDIO RODRIGUES
Vice-Presidente

AYRTON CAPASSI
1º Secretário

GUILHERME DA FONSECA BRAZ
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

MEMORANDO INTERNO

De: Presidência da Câmara Municipal de Florestópolis

Para: Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Florestópolis

Data: Florestópolis-PR, 1º de junho de 2026.

Assunto: Solicitação de parecer jurídico sobre a atualização do Regimento Interno frente às recomendações do TCE-PR (ProLegis).

Senhora Procuradora,

Considerando o Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal (ProLegis), instituído pela Instrução Normativa n.º 197/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), e a Nota Técnica n.º 38/2025 – CGF/TCE-PR, que condicionam parte das respostas do formulário de avaliação à existência de dispositivo expresso no Regimento Interno, solicito a emissão de parecer jurídico sobre a necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas do Regimento Interno desta Casa (Resolução n.º 02/2000, de 21 de novembro de 2000, com a alteração da Resolução n.º 01/2018).

O parecer deverá confrontar o rito regimental vigente com as exigências da Nota Técnica, com o artigo 151-A, inciso IX, do Regimento Interno do TCE-PR e com os artigos 37, *caput*, e 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, abordando, em especial, os seguintes pontos: a compatibilidade do voto secreto previsto no artigo 165, inciso III, com a votação nominal exigida no julgamento das contas do Prefeito; a garantia de contraditório e ampla defesa ao Prefeito no procedimento dos artigos 184 a 187; a estrutura das comissões permanentes prevista no artigo 42, parágrafo único; e a previsão de sistema eletrônico de tramitação, painel eletrônico de votação, transmissão das sessões pela internet, sessões em formato híbrido e espécie legislativa "moção".

Solicito, ainda, que a manifestação indique, sempre que possível, os dispositivos regimentais a serem alterados ou criados, com a precisão de artigo, parágrafo e inciso exigida pelo formulário do ProLegis, bem como o quórum aplicável à alteração regimental, para subsidiar eventual proposição de projeto de resolução pela Mesa Diretora ou pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Peço, por fim, que o parecer seja encaminhado a esta Presidência com a brevidade possível.

Atenciosamente,

DENYS TEIXEIRA SAUL
Presidente da Câmara Municipal de Florestópolis

PARECER JURÍDICO

Assunto: Regimento Interno da Câmara Municipal de Florestópolis (Resolução n.º 02/2000, de 21 de novembro de 2000, com a alteração da Resolução n.º 01/2018). Estudo sobre a necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas regimentais frente às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná por meio do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal (ProLegis).

Solicitante: Presidência da Câmara Municipal de Florestópolis.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de expediente encaminhado à Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa para estudo sobre a necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas do Regimento Interno da Câmara Municipal de Florestópolis, instituído pela Resolução n.º 02/2000, de 21 de novembro de 2000, e alterado pela Resolução n.º 01/2018, frente às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) por meio do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal (ProLegis).

O objetivo da análise é a atualização do Regimento Interno, a fim de eliminar incompatibilidades substantivas entre o rito regimental vigente e o padrão de governança, transparência e devido processo legal pretendido pela Nota Técnica do ProLegis. Para tanto, foram confrontados os dispositivos regimentais com a Nota Técnica n.º 38/2025 – CGF/TCE-PR e a Instrução Normativa n.º 197/2025 do TCE-PR, com o artigo 151-A, inciso IX, do Regimento Interno do TCE-PR e com os artigos 37, *caput*, e 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, estes últimos como parâmetros de publicidade e devido processo legal.

Eis, em linhas gerais, o sucinto relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Preliminarmente, importa observar que compete a esta Procuradoria a emissão de parecer tão somente acerca do enquadramento jurídico da matéria, aferindo sua adequação com o ordenamento vigente e com as exigências do órgão de controle externo, sem, contudo, emitir juízo de valor quanto à necessidade, conveniência ou oportunidade das alterações, cujo crivo é reservado ao Poder Legislativo Municipal.

A presente *opinio juris* tem caráter meramente opinativo e não vincula as instituições autônomas desta Casa Legislativa, podendo seus fundamentos ser ou não utilizados pelos membros do Poder Legislativo Municipal. As manifestações desta Procuradoria configuram, pois, atos facultativos de consultoria, a critério da Mesa Diretora e das respectivas Comissões, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 36, de 16 de fevereiro de 2022.

Feita esta breve observação, passa-se à análise jurídica e formal da matéria.

II.2 – DO CONTEXTO NORMATIVO

O Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal (ProLegis) é uma iniciativa do TCE-PR voltada ao aprimoramento da governança, do desempenho institucional e da transparência das Câmaras Municipais paranaenses.

Instituído pela Instrução Normativa n.º 197/2025, o ProLegis reformulou a forma de análise da Prestação de Contas Anual do Poder Legislativo Municipal, ampliando o escopo tradicionalmente restrito aos aspectos contábeis, financeiros e orçamentários para incluir critérios relacionados à atuação legislativa, à fiscalização do Poder Executivo, à transparência, ao relacionamento com o cidadão e à capacidade institucional das Câmaras Municipais.

O programa avalia a governança e a gestão estratégica da função legislativa municipal por meio de respostas objetivas, várias delas condicionadas à existência de dispositivo expresso no Regimento Interno, com exigência de indicação precisa do artigo, parágrafo e inciso correspondente (por exemplo, "Art. XX, § 1º, IV, do RI"). A ausência do dispositivo regimental correspondente gera resposta "NÃO", o que reduz o grau de atendimento da Câmara.

Os itens do formulário que exigem especificamente previsão em Regimento Interno concentram-se em três blocos temáticos: a normatização da função legislativa, a competência e a existência de comissões temáticas e a regulamentação do julgamento das contas do Prefeito Municipal.

II.3 – DOS PONTOS CONTROVERTIDOS

Antes do exame por tema, destacam-se as contradições e lacunas mais relevantes localizadas no Regimento Interno.

A primeira e mais grave incompatibilidade reside no conflito entre o artigo 165, inciso III, do Regimento Interno, que impõe voto secreto "nas deliberações sobre as contas do Município", e o item 22680 da Nota Técnica, que exige votação nominal no julgamento das contas do Prefeito, para conferir transparência ao processo. O dispositivo regimental vigente está redigido em sentido diametralmente oposto ao que passou a ser exigido pelo órgão de controle externo, e o voto secreto no julgamento de contas do chefe do Executivo compromete o princípio da publicidade, previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal.

A segunda questão é a ausência de contraditório expresso do Prefeito no procedimento de julgamento das contas (artigos 184 a 187), em contraste com o processo destituitório da Mesa (artigo 78), que assegura defesa, prazo, produção de prova testemunhal e manifestação final. O rito do artigo 185 assegura "amplo debate" apenas aos Vereadores, silenciando quanto ao direito de defesa do próprio Prefeito, o que colide com os itens 22664 a 22671 da Nota Técnica e com a garantia constitucional do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal).

Observa-se, ainda, ambiguidade terminológica entre "contas do Município" (artigos 38, inciso IX, 92, § 1º, inciso II, e 159, inciso X) e "contas do Prefeito Municipal" (título do Capítulo II do Título VII e artigos 184 a 187). Como a Nota Técnica trata

exclusivamente do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, recomenda-se a uniformização da nomenclatura no Regimento Interno, de modo a eliminar dúvida quanto ao rito aplicável.

A estrutura de comissões permanentes do artigo 42, parágrafo único, comporta hoje apenas quatro colegiados e não contempla nominalmente áreas temáticas exigidas pelo formulário, entre elas Política Urbana, Meio Ambiente e Segurança Pública, além de reunir Educação, Saúde e Assistência Social em uma única comissão, quando a Nota Técnica avalia a existência dessas comissões de forma individualizada.

Por fim, o Regimento Interno é silente quanto a sistema eletrônico oficial de tramitação, painel eletrônico de votação, transmissão das sessões pela internet e sessões em formato híbrido, todos exigidos nos itens 22520 a 22529 da Nota Técnica, e não prevê a espécie legislativa "moção" no rol de proposições do artigo 88, apesar de o formulário exigi-la nominalmente.

II.4 – DA ANÁLISE E DA CONFORMAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO POR TEMA

II.4.1 – Da normatização da função legislativa e da modernização processual

No tocante à listagem nominal dos tipos de proposição, o artigo 88 relaciona treze espécies, mas não contempla a "moção" como espécie autônoma, pois os votos de louvor, pesar ou repúdio aparecem apenas como subtipo de requerimento no artigo 100, § 2º, inciso VII. Recomenda-se alterar o artigo 88 para incluir inciso próprio para a moção, com remissão a novo dispositivo que discipline seu procedimento, desmembrando-a do requerimento.

Quanto aos prazos para todas as etapas da tramitação, o artigo 53 fixa o prazo de parecer das comissões e o artigo 134, § 9º, a antecedência de inclusão em pauta, mas o artigo 177 não fixa prazo para a remessa dos autógrafos ao Prefeito. Recomenda-se incluir prazo expresso no artigo 177 para o encaminhamento da proposição aprovada ao Executivo.

Não há previsão regimental de sistema eletrônico oficial de gerenciamento e registro dos atos legislativos, de modo que se recomenda criar dispositivo, preferencialmente no Título IX (Serviços Administrativos), tornando obrigatório o sistema eletrônico de tramitação e registro. Quanto ao painel eletrônico de votação, o artigo 166 disciplina apenas os processos simbólico e nominal, devendo ser alterado, ou receber parágrafo específico, para regulamentar o painel, seus efeitos e a forma de apuração.

Igualmente ausentes estão a obrigatoriedade de transmissão das sessões pela internet e a possibilidade de sessão híbrida com validade do voto remoto. Recomenda-se a criação de dispositivo no Capítulo I do Título V (Das Sessões em Geral), tornando obrigatória a transmissão em canal oficial, bem como de novo artigo no mesmo capítulo disciplinando a participação remota, o registro de presença e a validade do voto à distância.

Por fim, o controle de registro de proposições por tipo e por vereador não tem previsão regimental específica, podendo ser suprido por ato normativo autônomo. Sugere-se inserir referência no artigo 110 ou editar resolução complementar, atribuindo à Secretaria o controle estatístico.

II.4.2 – Das comissões permanentes

A Nota Técnica exige a existência, por previsão regimental ou ato equivalente, de comissões de Constituição e Justiça, Educação, Finanças e Orçamento, Política Urbana, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Pública e Assistência Social. O artigo 42, parágrafo único, do Regimento Interno prevê apenas as comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo; e Educação, Saúde e Assistência Social. Faltam, nominalmente, Política Urbana, Meio Ambiente e Segurança Pública, e as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social estão fundidas.

Recomenda-se alterar o artigo 42, parágrafo único, desmembrando ou renomeando as comissões existentes para contemplar, de forma individualizada ou expressamente equivalente, as oito áreas temáticas, com o correspondente ajuste de competências nos artigos 57 a 60, ou a criação de novos incisos e artigos.

Quanto às competências das comissões permanentes e temporárias na análise de matérias legislativas, os artigos 42 e 57 a 60 definem as competências das permanentes, ao passo que as comissões especiais do artigo 64 tratam de estudo de assuntos, sem menção expressa à análise de proposições em tramitação. Recomenda-se incluir parágrafo no artigo 39 ou 64 esclarecendo o alcance da atuação das comissões temporárias quanto a proposições legislativas.

II.4.3 – Do julgamento das contas do Prefeito Municipal (artigos 184 a 187)

Quanto ao recebimento do parecer prévio, o artigo 184 prevê a distribuição de cópia aos Vereadores, mas não menciona a publicidade externa, devendo ser complementado com determinação de publicação no sítio oficial. Também inexiste previsão de notificação formal do Prefeito sobre o início do processamento das contas, razão pela qual se recomenda incluir parágrafo no artigo 184 determinando a notificação quando do recebimento do parecer prévio.

No que concerne aos prazos, o artigo 184 fixa apenas o prazo de vinte dias para a Comissão de Finanças e Orçamento, sem prazo máximo para a deliberação final do Plenário. Recomenda-se incluir prazo máximo, contado do recebimento do parecer prévio, para a conclusão do julgamento pelo Plenário.

A exigência de comissão específica para instrução do processo já é atendida, pois o artigo 184 atribui a instrução à Comissão de Finanças e Orçamento, recomendando-se apenas indicar o dispositivo com precisão no relatório de resposta ao TCE-PR. Todavia, não há previsão de participação de comissões temáticas quando o parecer prévio versar sobre políticas públicas setoriais, de modo que se recomenda dispositivo determinando a oitiva das comissões temáticas correspondentes.

O ponto de maior relevo é a inexistência de contraditório do Prefeito no rito dos artigos 184 a 187, o que abrange o direito de defesa complementar ante fatos novos, a defesa escrita anterior ao julgamento, a possibilidade de prorrogação de prazo, as alegações finais e a notificação quanto à data do julgamento. Recomenda-se criar seção específica no Capítulo II

do Título VII, disciplinando notificação, prazo para defesa escrita, prorrogação justificada e alegações finais antes da sessão de julgamento.

Quanto à publicidade e à participação social, recomenda-se incluir dispositivo prevendo a disponibilização do processo à população por prazo mínimo de sessenta dias, com forma de recebimento de impugnações. A publicidade das audiências do processo de contas, hoje abrangida apenas pela regra geral de publicidade das sessões do artigo 123, deve receber remissão expressa no artigo 185.

No tocante ao julgamento, o artigo 186 trata apenas da hipótese de discordância do parecer prévio, devendo ser ampliado para exigir estrutura mínima do decreto legislativo final (relatório, fundamentação e dispositivo) em qualquer hipótese, de aprovação ou de rejeição. Ademais, o artigo 165, inciso III, impõe voto secreto nas deliberações sobre as contas, em sentido oposto à exigência de votação nominal, devendo ser suprimido ou receber exceção expressa determinando voto nominal para o julgamento das contas do Prefeito Municipal, com o correspondente ajuste do artigo 185.

Quanto ao quórum, o artigo 159, inciso X, prevê dois terços apenas para a "rejeição do parecer prévio", sem tratar da hipótese inversa, de aprovação de contas que o parecer prévio rejeitou. Recomenda-se alterar o artigo 159, inciso X, e o artigo 186 para abranger expressamente as duas hipóteses de divergência, com o mesmo quórum, bem como complementar o artigo 186 ou o artigo 128 para determinar a transcrição integral, na ata da sessão, das razões de voto divergente dos Vereadores, já que o artigo 186 exige apenas que o decreto legislativo traga os motivos da discordância.

Por fim, não há previsão de prazo para o encaminhamento do resultado ao TCE-PR e, em caso de rejeição, ao Ministério Público, nem de embargos de declaração contra o julgamento das contas. Recomenda-se incluir prazo expresso no artigo 186 ou em novo artigo e criar dispositivo específico sobre os embargos, com prazo e hipóteses de cabimento.

III – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, esta Procuradoria Jurídica manifesta-se pela necessidade de atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal de Florestópolis, para adequá-lo às recomendações do TCE-PR expedidas no âmbito do ProLegis.

Recomenda-se que a Mesa Diretora ou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, nos termos do artigo 195 do Regimento Interno, que exige voto favorável de dois terços dos membros da edilidade para qualquer alteração regimental, proponha projeto de resolução alterando os artigos 42, 53, 88, 100, 110, 128, 159, 165, 166, 177, 184, 185, 186 e 195, além da criação de dispositivos novos disciplinando sessões remotas, painel eletrônico, sistema eletrônico de tramitação, moção e contraditório do Prefeito no processo de julgamento de contas.

A prioridade recomendada recai sobre a supressão do voto secreto do artigo 165, inciso III, para as deliberações sobre contas, por incompatibilidade direta e frontal com a exigência de transparência da Nota Técnica e com o princípio constitucional da publicidade, e

sobre a criação do contraditório expresso do Prefeito no procedimento dos artigos 184 a 187, por ausência de garantia mínima de devido processo legal no texto atualmente vigente.

Quanto ao mérito das alterações, a análise e a decisão pertencem, com exclusividade, ao Plenário desta Casa de Leis, mediante juízo de conveniência e oportunidade.

Florestópolis-PR, 22 de junho de 2026.

LAÍNE POLEGATTI
Advogada da Câmara Municipal de Florestópolis
CMF – Portaria n.º 20/2021 – OAB/PR 92578

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

MEMORANDO INTERNO

De: Presidência da Câmara Municipal de Florestópolis

Para: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Florestópolis

Data: Florestópolis-PR, 25 de junho de 2026.

Assunto: Encaminhamento de parecer jurídico sobre a atualização do Regimento Interno frente às recomendações do TCE-PR (ProLegis).

Senhores Membros da Mesa Diretora,

Em atendimento a solicitação desta Presidência, a Procuradoria Jurídica emitiu parecer sobre a necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas do Regimento Interno da Câmara Municipal de Florestópolis (Resolução n.º 02/2000, com a alteração da Resolução n.º 01/2018), frente às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná expedidas no âmbito do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal (ProLegis). Recebo o parecer e o encaminho a Vossas Excelências, em anexo, para conhecimento e deliberação.

Solicito, assim, que a Mesa Diretora examine o parecer e delibere sobre a apresentação do projeto de resolução, para que as providências sejam adotadas com a brevidade possível.

Atenciosamente,

Anexo: Parecer Jurídico da Procuradoria sobre a atualização do Regimento Interno (ProLegis).

DENYS TEIXEIRA SAUL
Presidente da Câmara Municipal de Florestópolis

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS

18ª LEGISLATURA (2025-2028)

PODER EXECUTIVO:

ONÍCIO DE SOUZA (NICINHO)
PREFEITO

MARCELO RODRIGUES
VICE-PREFEITO

PODER LEGISLATIVO
BIÊNIO - 2025/2026

MESA EXECUTIVA:

DENYS TEIXEIRA SAUL
PRESIDENTE

VALMIR CLÁUDIO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

AYRTON CAPASSI
1º SECRETÁRIO

GUILHERME DA FONSECA BRAZ
2º SECRETÁRIO

DEMAIS VEREADORES:

DIOGO KLEITON DA SILVA

MARINHO NOVAIS LUZ NETO

NELSON GONÇALVES CORREIA

SILVIO JORGE DE OLIVEIRA

VALDETE JOSÉ DE SOUZA

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

REGIMENTO INTERNO

DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS

TEXTO CONSOLIDADO

Texto promulgado em 21 de novembro de 2000, com as alterações determinadas pelas Resoluções nº 01/2018, nº 01/2025, nº 02/2025 e nº 02/2026.

Florestópolis-PR, consolidado em 29 de outubro de 2026.

Consolidação elaborada segundo as técnicas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. As alterações são identificadas, ao final do dispositivo, pela norma que as introduziu. Dispositivos revogados ou suprimidos permanecem indicados, sem aproveitamento de sua numeração. Este texto tem caráter informativo e não substitui as publicações oficiais.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

SUMÁRIO

TÍTULO I Da Câmara Municipal 48
CAPÍTULO I Disposições Preliminares 48
CAPÍTULO II Das Sessões Preparatórias e da Posse 49
TÍTULO II Dos Órgãos da Câmara Municipal 51
CAPÍTULO I Da Mesa da Câmara 51
CAPÍTULO II Das Comissões 59
TÍTULO III Dos Vereadores 69
CAPÍTULO I Disposições Preliminares 69
CAPÍTULO II Das Licenças, das Vagas 74
CAPÍTULO III Dos Líderes 75
CAPÍTULO IV Das Incompatibilidades e impedimentos 75
CAPÍTULO V Dos Subsídios dos Vereadores 76
TÍTULO IV Das Proposições e da sua Tramitação 76
CAPÍTULO I Das Modalidades de Proposição e de sua Forma 76
CAPÍTULO II Das proposições em espécie 77
CAPÍTULO III Da Apresentação das proposições 81
CAPÍTULO IV Retirada de Proposições 82
CAPÍTULO V Da Tramitação das Proposições 83
CAPÍTULO VI Do Regime de Urgência 84
TÍTULO V Das Sessões da Câmara 86
CAPÍTULO I Das Sessões em Geral 86
CAPÍTULO II Das Atas das Sessões 87
CAPÍTULO III Das Sessões Ordinárias 88
CAPÍTULO IV Das Sessões Extraordinárias 91
CAPÍTULO V Das Sessões Solenes 91
TÍTULO VI Das Discussões e Deliberações 92
CAPÍTULO I Das Discussões 92
CAPÍTULO II Da Disciplina dos Debates 94
CAPÍTULO III Das Deliberações e Votações 96
TÍTULO VII Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle 100

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

CAPÍTULO I Da Elaboração Legislativa Especial 100
CAPÍTULO II Do Julgamento das Contas 101
CAPÍTULO III Da Convocação dos Secretários Municipais 104
TÍTULO VIII Do Regimento Interno e da Ordem Regimental 105
CAPÍTULO I Das Interpretações e dos Precedentes 105
CAPÍTULO II Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma 105
TÍTULO IX Dos Serviços Administrativos da Câmara 106
TÍTULO X Das Disposições Gerais e Transitórias 107
ANEXO I Legislaturas do Município 109
ANEXO II Quadro das alterações incorporadas 116

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL
(Texto Consolidado até a Resolução nº 02 de 29 de outubro 2026)

TÍTULO I
Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º A Câmara Municipal de Florestópolis é o poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma da legislação vigente.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, administrativa, de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§ 2º A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município.

§ 3º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercido pela Comissão de Finanças e Orçamento, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

§ 5º A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores.

§ 6º A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais.

§ 7º A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.

§ 8º As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 3º A sede da Câmara Municipal é na Rua Santo Inácio, nº 161, onde serão realizadas as sessões, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, observado o art. 124 e seu parágrafo único, deste Regimento.

§ 1º No recinto das sessões não poderão ser realizados atos estranhos às funções da Câmara, salvo nos casos em que o Presidente ceder o recinto para reuniões cívicas, culturais e partidárias.

§ 2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara.

Art. 4º Cada Legislatura será igual ao número de anos de duração dos mandatos eletivos, a cada ano correspondendo uma sessão legislativa.

Art. 5º A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º Os períodos de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro são considerados de recesso legislativo.

§ 2º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo.

CAPÍTULO II
Das Sessões Preparatórias e da Posse

Seção I
Da Sessão de Instalação e Posse

Art. 6º A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial às 09:00 horas do dia 1º de janeiro de cada legislatura com qualquer número, que será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes, ou, declinando este da prerrogativa, pelo mais idoso dentre os que aceitarem, o qual designará um de seus pares como Secretário, para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 7º Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse na sessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão, serão lavrados na ata, em livro próprio pelo Secretário, sendo assinada pelos empossados e demais presentes, se estes assim o quiserem.

§ 1º No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: “PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS, E OBSERVANDO AS LEIS DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO”. Em seguida, o Secretário fará a chamada de cada Vereador, que de pé, com o braço estendido para a frente, declarará em voz alta: “EU PROMETO”.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 2º Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente declarará empossados os Vereadores proferindo em voz alta: “DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO”.

§ 3º Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado, por escrutínio secreto e maioria absoluta dos votos, o Vereador que tiver sido regularmente empossado.

§ 4º Procedida a apuração, em caso de empate, considerar-se-á eleito o mais idoso. Conhecido o resultado, o Presidente proclamará o resultado e empossará os componentes eleitos para a Mesa Diretora nos seus respectivos cargos.

§ 5º Após a eleição e posse da Mesa Diretora, o Presidente eleito dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município, obedecida a programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado em livro próprio pelo Primeiro Secretário.

§ 6º Terminada a posse do Prefeito e Vice-Prefeito o Presidente solicitará a todos os eleitos e empossados a entrega da declaração de bens escrita, sendo o presente ato transcrito na ata.

§ 7º Ato contínuo o Presidente concederá a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores, facultando a mesma ao Vice-Prefeito e Prefeito empossados, encerrando-se em seguida a solenidade.

§ 8º Não havendo quorum para se proceder a eleição, o Presidente suspenderá a sessão e convocará o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos para tomarem posse, convocando sessões diárias sempre às 09:00 horas, até que se proceda a eleição normal e posse da Mesa.

Art. 8º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 6º deste Regimento, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único. O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.

Seção II
Da inauguração da Sessão Legislativa Anual

Art. 9º No dia 15 de fevereiro a Câmara Municipal reunir-se-á às 20:00 horas, em sessão de cunho solene e festivo para a inauguração da Sessão Legislativa Anual.

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

TÍTULO II
Dos Órgãos da Câmara Municipal

CAPÍTULO I
Da Mesa da Câmara

Seção I
Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa

Art. 10. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos por votação secreta.

Art. 11. O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 12. A eleição dos membros da Mesa somente será válida, se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 13. As chapas que concorrerão à eleição da Mesa deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até 24 horas antes da eleição.

§ 1º Só serão aceitas e protocoladas as chapas que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 2º Havendo desistência justificada de algum membro de chapa inscrita, que deverá ser sempre por escrito, este poderá ser substituído até trinta minutos antes da sessão em que ocorrerá a eleição.

§ 3º Se no dia da eleição, até trinta minutos antes da sessão, não houver nenhuma chapa inscrita legalmente, poderá ser feita a inscrição de chapas antes do início da mesma, independente do disposto no caput deste artigo, e até mesmo com Vereador desistente de outras chapas.

§ 4º Para a eleição dos membros da Mesa, utilizar-se-ão para a votação, cédulas de papel, datilografadas ou impressas, contendo os nomes que comporão as respectivas chapas, seguidos dos cargos pela ordem, as quais serão depositadas em urna própria.

Art. 14. A eleição da Mesa para o segundo biênio, far-se-á na última sessão ordinária da segunda Sessão Legislativa considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 15. Nas eleições para a composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer Vereadores, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.

Art. 16. O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa, salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 17. Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio no qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

Art. 18. Os Vereadores eleitos para a Mesa no primeiro biênio da legislatura serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício de seus mandatos.

Art. 19. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 20. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;

II - for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer;

III - licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada;

IV - houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário.

Art. 21. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo 1º Secretário, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 23 deste Regimento, quando o Plenário deliberará sobre a aceitação ou não da renúncia.

Art. 22. A destituição de membro efetivo da Mesa, somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador assegurada a mais ampla oportunidade de defesa.

Art. 23. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na 1ª sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto nos arts. 11 a 17.

Parágrafo único. No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no “caput” deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa.

Seção II
Da Competência da Mesa

Art. 24. A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 25. Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

I - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para a fixação e alteração da

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

II - apresentar projeto de lei que fixa os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

III - apresentar as proposições concessivas de licenças e afastamento do Prefeito;

IV - elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;

V - representar em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Município;

VI - baixar ato para alterar a dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara;

VII - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

VIII - proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

IX - enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para sua incorporação às contas do Município;

X - proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;

XI - deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;

XII - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XIII - deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;

XIV - determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior.

Art. 26. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais e será substituído, nas mesmas condições, pelo 1º e 2º Secretários, respectivamente.

Art. 27. Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário, sendo este último procedimento, aplicado também nos casos de ausência conjunta do 1º e 2º Secretários.

Art. 28. A Mesa, reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação de edilidade que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Seção III
Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Art. 29. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo-a, e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 30. Compete ao Presidente da Câmara:

I - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;

II - representar a Câmara em Juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;

III - representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e estaduais e perante as entidades privadas em geral;

IV - credenciar agente de imprensa, rádio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

V - fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a deferência;

VI - conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e hora prefixados;

VII - requisitar a força, quando necessária à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;

VIII - empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossado o Prefeito, quando tratar-se de Presidente da Câmara no exercício da chefia do Executivo Municipal, após a investidura dos mesmos perante o Plenário;

IX - declarar extintos os mandatos dos Prefeitos, Vereadores e suplentes, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;

X - convocar suplente de Vereador, quando for o caso;

XI - declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XII - assinar, juntamente com o 1º Secretário, as resoluções e decretos legislativos;

XIII - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar os Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;

b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

d) determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia;

f) manter a ordem no recinto da Câmara concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

g) resolver as questões de ordem;

h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos casos omissos;

i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

j) proceder à verificação do quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador;

k) encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo;

XIV - praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo notadamente:

a) receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolar;

b) encaminhar ao Prefeito por protocolo, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer na Câmara os Secretários, para explicações, na forma regular;

d) requisitar as verbas destinadas ao Legislativo, mensalmente;

e) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário;

XV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVI - ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, juntamente com o 1º Secretário ou outro Vereador expressamente designado para tal fim;

XVII - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XVIII - apresentar ou colocar à disposição do Plenário mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;

XIX - administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos funcionários do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes à essa área de sua gestão;

XX - mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimento de situações;

XXI - exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma;

XXII - autografar os projetos de lei aprovados, para sua remessa ao Executivo.

Art. 31. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos caso previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 32. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da direção da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art. 33. O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III - no caso de empate, nas votações públicas e secretas.

Art. 34. O vice-presidente da Câmara, salvo o disposto no art. 35 e seu parágrafo único, e, na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competência desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente na faltas e impedimentos, pela ordem.

Art. 35. O vice-presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também, às leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subseqüente.

Art. 36. Compete ao 1º Secretário:

I - organizar o Expediente e a Ordem do Dia;

II - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III - ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;

IV - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

V - elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as, juntamente com o Presidente;

VI - certificar a freqüência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

VII - registrar em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno, para a solução de casos futuros;

VIII - manter à disposição do Plenário, os textos legislativos de manuseio mais freqüente, devidamente atualizados;

IX - (Revogado pela Resolução nº 02/2026)

X - cronometrar o tempo das sessões e o do uso da palavra pelos Vereadores.

Parágrafo único. Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, quando da realização das sessões em Plenário.

Seção IV
Das Atribuições do Plenário

Art. 37. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º Local é o recinto de sua sede.

§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão.

§ 3º Número é o quorum determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações.

§ 4º Integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§ 5º Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 38. São atribuições do Plenário:

I - elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;

II - votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual;

III - legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;

IV - autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como, aprovar os créditos extraordinários;

V - autorizar a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como, a forma e os meios de pagamento;

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

VI - autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

VII - autorizar a concessão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;

VIII - dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens do domínio do município;

IX - autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como, dispor sobre moratória e benefícios;

X - criar, alterar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos;

XI - dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XII - dispor sobre a fixação da zona urbana e de expansão urbana;

XIII - dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;

XIV - estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do município;

XV - estabelecer o regime jurídico dos servidores municipais;

XVI - fixar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. É de competência privativa do Plenário, entre outras:

I - eleger os membros de sua Mesa e destituí-los na forma regimental;

II - elaborar e votar seu Regimento Interno;

III - organizar os seus serviços administrativos;

IV - conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;

V - autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 dias;

VI - criar comissões permanentes e temporárias;

VII - apreciar vetos;

VIII - cassar o mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

IX - tomar e julgar as contas do Município;

X - conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;

XI - requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

XII - convocar os Secretários para prestar informação sobre matéria de sua competência.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

CAPÍTULO II
Das Comissões

Seção I
Disposições Gerais

Art. 39. As Comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder estudos sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração, com as seguintes denominações:

I - Comissões Permanentes;

II - Comissões Especiais;

III - Comissões Processantes;

IV - Comissões de Representação;

V - Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 40. As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Secretários e Relatores, e prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos, sendo tudo transcrito em livro próprio.

§ 1º Na Constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 2º O Presidente da Câmara não poderá participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.

§ 3º O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou de Comissão de Representação, observando o § 1º deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.

Art. 41. Durante o recesso, no término de cada sessão legislativa, haverá uma Comissão Representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do ano, em votação secreta, observada a proporcionalidade partidária, constituída por número ímpar de Vereadores, presidida pelo Presidente da Câmara, com as seguintes atribuições e sistemática de trabalho:

I - reunir-se extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;

II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de quinze dias;

V - convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou de interesse público relevante.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Parágrafo único. A Comissão Representativa apresentará à Mesa Diretora da Câmara, relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinicio do período de funcionamento ordinário da Câmara.

Seção II
Das Comissões Permanentes

Art. 42. Às Comissões Permanentes incumbe:

I - estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário;

II - discutir e votar projetos de lei que dispensarem a competência do Plenário, nos termos do art.43 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes são as seguintes: *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

I - Legislação, Justiça e Redação Final;

II - Finanças e Orçamento;

III - Obras, Serviços Públicos e Política Urbana;

IV - Educação;

V - Saúde;

VI - Assistência Social;

VII - Meio Ambiente;

VIII - Agroindústria, Comércio e Turismo;

IX - Segurança Pública.

Art. 43. Às Comissões Permanentes, no âmbito de suas atribuições, cabe, se assim o quiserem, sem a discussão e a deliberação do Plenário, nos termos da Lei Orgânica do Município, discutir e votar projetos de lei, exceto quanto a:

I - projeto de lei complementar;

II - projetos de iniciativa de Comissões;

III - projetos de códigos, estatutos e consolidações;

IV - projetos de iniciativa popular;

V - projetos que tenham recebido pareceres divergentes;

VI - projetos em regime de urgência;

VII - alienação ou concessão de bens imóveis municipais;

VIII - alterações do Regimento Interno;

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

IX - autorização para todo e qualquer tipo de operação de natureza financeira de interesse do Município, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Municipal;

X - projetos que instituam impostos previstos na Lei Orgânica do Município;

XI - proposta de emenda à Lei Orgânica.

§ 1º Nas matérias em que as Comissões Permanentes sejam competentes para discutir e votar, encerrada a discussão e a votação, a decisão da Comissão será, em seguida, comunicada ao Presidente da Câmara que imediatamente dará ciência ao Plenário e publicará nas dependências da Câmara Municipal; e não havendo interposição de recurso, o projeto será encaminhado para a sanção e promulgação se aprovado, em caso contrário, arquivado pela Câmara.

§ 2º Havendo interposição de recurso para discussão e votação da matéria pelo Plenário da Câmara, o mesmo deverá ser feito no prazo de 03 (três) dias, contados da ciência dada ao Plenário, referida no parágrafo anterior, assinado por 1/3 dos membros da Câmara e dirigido ao Presidente da Casa.

§ 3º Aplica-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões Permanentes, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do Plenário.

Seção III
Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes

Art. 44. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, para dois anos da legislatura, mediante votação em escrutínio público, através de cédulas previamente elaboradas, impressas ou datilografadas, contendo os nomes dos Vereadores indicados pelos seus partidos, a legenda partidária e as respectivas Comissões.

§ 1º Os Vereadores concorrerão à eleição sob a mesma legenda com a qual foram eleitos não podendo ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes.

§ 2º O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de 04 (quatro) Comissões Permanentes. *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

§ 3º Nas Comissões Permanentes cada membro terá um suplente, indicado pelo representante de seu Partido na Câmara, na mesma data da constituição das Comissões.

Art. 45. O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, quando da substituição do membro, observar-se-á a condição prevista no § 1º do art. 40 deste Regimento.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 46. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, em cada sessão legislativa, a três reuniões consecutivas ordinárias ou a cinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo único. A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

Art. 47. As vagas nas Comissões Permanentes por renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do líder da bancada a que pertencia o titular, e, isso não sendo possível, far-se-á nova eleição. Persistindo a vaga, esta será suprida por simples designação do Presidente da Câmara.

Seção IV
Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 48. As Comissões Permanentes só poderão reunir-se em regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensa de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 49. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente, no curso da reunião Ordinária da Comissão.

Parágrafo único. As convocações extraordinárias das Comissões, fora da reunião, serão sempre por escrito, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art. 50. Das reuniões de Comissões Permanentes, lavrar-se-ão atas, em livro próprio, pelo Secretário incumbido de assessorá-la, as quais serão assinadas pelos seus respectivos Presidentes.

Art. 51. Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:

I - convocar reuniões extraordinárias da Comissão;

II - presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III - receber as matérias destinadas à Comissão;

IV - fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência;

VII - avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 52. Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.

Art. 53. É de 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação das contas do Município.

§ 2º O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar da matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.

Art. 54. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo único. Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previstos no art. 53 deste Regimento.

Art. 55. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 56. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência, na forma prevista no § 2º do art. 53 deste Regimento.

Seção V
Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

Art. 57. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição em contrário deste Regimento.

§ 1º Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final emitir parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara, se o parecer contrário for pela unanimidade dos membros da Comissão. § 2º.Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

§ 3º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.

§ 4º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

I - organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;

II - criação de entidade de administração indireta ou de Fundação;

III - aquisição e alienação de bens e imóveis do Município;

IV - concessão de licença ao Prefeito;

V - alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;

VI - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;

VII - veto;

VIII - emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;

IX - concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;

X - todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões.

Art. 58. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

I - diretrizes orçamentárias;

II - proposta orçamentária e o plano plurianual;

III - matéria tributária;

IV - abertura de créditos, empréstimos públicos;

V - proposições que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município;

VI - proposições que acarretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;

VII - fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;

VIII - fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.

Art. 59. Compete à Comissão de Obras, Serviços Públicos e Política Urbana opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias: *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

I - código de obras e código de posturas;

II - plano diretor e de desenvolvimento integrado, zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;

III - aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;

IV - quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais.

Art. 60. Compete à Comissão de Educação apreciar e manifestar-se obrigatoriamente, quanto ao mérito, em todos os projetos e matérias que versem sobre: *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

I - assuntos educacionais, artísticos e desportivos;

II - concessão de bolsas de estudo;

III - patrimônio histórico;

IV - reorganização administrativa da Prefeitura na área de educação.

Art. 60-A. Compete à Comissão de Saúde apreciar e manifestar-se obrigatoriamente, quanto ao mérito, em todos os projetos e matérias que versem sobre: *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

I - saúde pública e saneamento básico;

II - vigilância sanitária e epidemiológica;

III - reorganização administrativa da Prefeitura na área de saúde;

IV - fiscalização da aplicação dos recursos vinculados às ações e aos serviços públicos de saúde.

Art. 60-B. Compete à Comissão de Assistência Social apreciar e manifestar-se obrigatoriamente, quanto ao mérito, em todos os projetos e matérias que versem sobre: *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

I - assistência social e previdenciária em geral;

II - reorganização administrativa da Prefeitura na área de assistência social;

III - implantação de centros comunitários sob auspício oficial;

IV - declaração de utilidade pública municipal a entidades que possuam fins filantrópicos.

Art. 60-C. Compete à Comissão de Meio Ambiente apreciar e manifestar-se obrigatoriamente, quanto ao mérito, em todos os projetos e matérias que versem sobre: *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

I - política municipal de meio ambiente, licenciamento, proteção, conservação e recuperação ambiental;

II - gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos de interesse municipal;

III - reorganização administrativa da Prefeitura na área ambiental.

Art. 60-D. Compete à Comissão de Agroindústria, Comércio e Turismo apreciar e manifestar-se obrigatoriamente, quanto ao mérito, em todos os projetos e matérias que versem sobre: *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

I - atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primário, secundário e terciário da economia do Município;

II - fomento à agroindústria e ao comércio local;

III - fomento e desenvolvimento do turismo municipal.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 60-E. Compete à Comissão de Segurança Pública apreciar e manifestar-se obrigatoriamente, quanto ao mérito, em todos os projetos e matérias que versem sobre: *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

I - segurança pública municipal e guarda municipal;

II - defesa civil;

III - convênios e políticas municipais de prevenção à violência;

IV - reorganização administrativa da Prefeitura na área de segurança pública.

Art. 61. O estudo de qualquer matéria, pelas Comissões Permanentes, poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

Parágrafo único. Nas reuniões conjuntas observar-se-á as seguintes normas:

I - em cada Comissão deverá estar presente a maioria de seus membros;

II - o estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;

III - cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único;

IV - o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.

Art. 62. É vedado a qualquer Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade ou legalidade de qualquer proposição, contrariando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 63. Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafo único do art. 61 deste Regimento.

Seção VI
Das Comissões Especiais, Processantes e de Representação

Art. 64. As Comissões Especiais destinadas a proceder o estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo, serão criadas através de resolução, aprovada em Plenário por maioria absoluta, proposta pela Mesa ou mediante requerimento de, pelo menos três Vereadores, com a sua finalidade específica e o prazo para apresentação do relatório de seus trabalhos.

§ 1º O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidárias ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros das Comissões Especiais, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§ 2º A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicado na resolução que a constituir, haja ou não concluído os seus trabalhos.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 3º A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente sob a forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seus membros e se houver de propor medidas, oferecerá projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, que deverá conter a assinatura de, pelo menos, dois de seus membros.

§ 4º No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.

§ 5º Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§ 6º Quando a resolução de criação da Comissão Especial assim dispuser, poderá ser atribuída a ela a análise de proposições legislativas relacionadas ao objeto de seu estudo, hipótese em que emitirá parecer nos mesmos prazos e formas previstos para as Comissões Permanentes. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

Art. 65. A Câmara constituirá Comissão Processante no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na lei federal aplicável e na Lei Orgânica do Município.

Art. 66. As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município e atender as disposições previstas no art. 41 deste Regimento.

Seção VII
Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 67. A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionará na sede da Câmara, através de resolução aprovada em Plenário por maioria absoluta, para apuração de fato determinado que se incluam na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento e na resolução de criação da Comissão.

§ 2º O Presidente da Câmara diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidárias ou blocos formados, fará constar na resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 3º Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.

§ 4º Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:

I - proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários.

§ 6º No exercício de sua atribuição, poderá ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

I - determinar as diligências que achar necessárias;

II - requerer a convocação de secretários municipais;

III - tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV - proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

§ 7º As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.

§ 8º Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.

§ 9º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos duas, salvo mediante projeto de Resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.

§ 10. Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

I - não tenha participação nos debates;

II - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

III - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;

IV - atenda às determinações do Presidente.

§ 11. A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

I - a exposição dos fatos submetidos à apuração;

II - a exposição e análise das provas colhidas;

III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

IV - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

V - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;

VI - a indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

§ 12. Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros.

§ 13. Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§ 14. O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no Pequeno Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

§ 15. A secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independente de requerimento.

TÍTULO III
Dos Vereadores

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Seção I
Do Exercício da Vereança

Art. 68. Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional por voto secreto e direto.

Art. 69. É assegurado ao Vereador, uma vez empossado:

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;

II - votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;

IV - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimentos;

V - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Seção II
Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro

Art. 70. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à clausulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do art. 38 da Constituição Federal;

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerado “ad nutum”, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I deste artigo.

Art. 71. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

§ 1º Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 2º Nos casos previstos nos incisos III a VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partidos Políticos representados na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 3º O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá, além dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o estabelecido em lei federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

§ 4º Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I - advertência em Plenário;

II - cassação da palavra;

III - determinação para retirar-se do Plenário;

IV - suspensão da Sessão, para entendimentos na sala da presidência;

V - proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.

§ 5º Considera-se atentatório do decoro parlamentar, quando o detentor do uso da palavra, usar expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 6º É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Seção III
Das Penalidades Por Falta de Decoro

Art. 72. As infrações definidas nos parágrafos 5º e 6º do artigo anterior, acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:

I - censura;

II - perda temporária do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;

III - perda do mandato.

Art. 73. A censura será verbal ou escrita:

§ 1º A censura verbal será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:

I - inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões.

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa, ao Vereador que:

I - na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias do decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Art. 74. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

I - reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos do artigo anterior;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido, devam ficar secretas;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenham tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar sem motivo justificado, a cinco sessões ordinárias consecutivas ou a dez intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária.

§ 1º Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, assegurada ampla defesa ao infrator.

§ 2º Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de ofício, o máximo da penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Seção IV
Da Suspensão do Exercício da Vereança

Art. 75. Extingue-se o mandato de Vereador, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara, obedecida a Legislação Federal, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória específica;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no art. 8º deste Regimento;

III - deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade, ou, ainda deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente, para apreciação de matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa;

IV - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em lei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou neste Regimento.

Art. 76. A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo Suplente.

Parágrafo único. Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste artigo, o Suplente de Vereador, o Prefeito Municipal ou o Presidente do Partido Político, poderá requerer a declaração da extinção do mandato, por via judicial, de acordo com a lei federal.

Art. 77. A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida, reputando-se aberta a vaga a partir da sua leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo 1º Secretário.

Seção V
Do Processo Destituitório

Art. 78. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará preliminarmente em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.

§ 1º Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será autuada pelo 1º Secretário, Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

máximo de 03 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º Se houver defesa, anexada à mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 3º Se não houver defesa, ou se havendo e o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de 03 (três) para cada lado.

§ 4º Não poderá funcionar como relator o membro da Mesa.

§ 5º Na sessão o relator, que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º Se o Plenário decidir por 2/3 de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO II
Das Licenças, das Vagas

Art. 79. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:

I - por motivo de doença devidamente comprovada, com subsídios integrais;

II - para tratar de interesse particular, conforme dispuser a Lei Orgânica;

III - para desempenhar missões temporárias e de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º Ao Vereador licenciado nos termos do inciso III, a Câmara poderá determinar o pagamento de auxílio especial, no valor que estabelecer e na forma que especificar.

§ 2º Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Prefeito ou Secretário Municipal.

§ 3º Dar-se-á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga, licença ou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município.

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 4º Sempre que ocorrer vaga, licença ou impedimento, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente que deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 5º Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao TRE, a quem compete realizar eleição para preenche-la se faltarem mais de 18 (dezoito) meses para o término do mandato.

§ 6º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO III
Dos Líderes

Art. 80. Os partidos políticos poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.

Art. 81. A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou pelos Partidos Políticos, à Mesa, nas 24 horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 1º Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara.

§ 2º Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada.

§ 3º Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada, será considerado líder aquele cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada.

§ 4º Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes, deverão fazê-lo na forma prevista no “caput” deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente de sessão ordinária da Câmara.

§ 5º Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, ala, facções ou do Prefeito.

Art. 82. Os líderes terão 1/3 a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no art. 156, itens I a IV deste Regimento.

Parágrafo único. Para fazer comunicação em nome de seu partido, o líder poderá usar da palavra por 05 (cinco) minutos, em qualquer fase das sessões, desde que autorizado pela Presidência.

CAPÍTULO IV
Das Incompatibilidades e impedimentos

Art. 83. As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 84. São impedimentos do Vereador aqueles indicados na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

CAPÍTULO V
Dos Subsídios dos Vereadores

Art. 85. Os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, dentro dos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

§§ 1º a 3º (Suprimidos pela Resolução nº 02/2025)

Art. 86. Os subsídios e a parcela indenizatória fixados na forma do artigo anterior, poderão ser revistos anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município.

§ 1º Na revisão anual mencionada no "caput" deste artigo, além de outros previstos na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, serão observados os seguintes limites:

I - o subsídio do Vereador não poderá ser maior que setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, aos Deputados Estaduais;

II - o total da despesa com os subsídios e a parcela indenizatória previstos nesta lei não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

§ 2º Para os efeitos do inciso II do parágrafo anterior, entende-se como receita do Município, o somatório de todas as receitas, exceto:

I - a receita de contribuição de servidores destinadas à constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência social, mantidos pelo Município, e destinados a seus servidores;

II - operações de crédito;

III - receita de alienação de bens móveis e imóveis;

IV - transferências oriundas da União ou do Estado através de convênio ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.

TÍTULO IV
Das Proposições e da sua Tramitação

CAPÍTULO I
Das Modalidades de Proposição e de sua Forma

Art. 87. Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 88. São modalidades de proposição:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica;

II - projeto de lei complementar;

III - projetos de lei;

IV - projetos de decreto legislativo;

V - projetos de resolução;

VI - projetos substitutivos;

VII - emendas e subemendas;

VIII - vetos;

IX - pareceres das Comissões Permanentes;

X - relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

XI - indicações;

XII - requerimentos;

XIII - representações;

XIV - moção. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

Art. 89. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor.

§ 1º Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.

§ 2º Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.

Art. 90. Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 91. As proposições consistentes em projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito.

Parágrafo único. Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

CAPÍTULO II
Das proposições em espécie

Art. 92. Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei; todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário,

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso, exceto o veto e o relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Câmara Municipal não seja competente para deliberar.

§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;

III - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

IV - mudança do local de funcionamento da Câmara;

V - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente.

§ 2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II - concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III - criação de Comissão Especial, ou Parlamentar de Inquérito;

IV - conclusões de Comissão de Inquérito ou Especial, quando for o caso;

V - qualquer matéria de natureza regimental;

VI - todo e qualquer assunto de sua organização economia interna, de caráter geral ou normativo.

Art. 93. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.

Parágrafo único. O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.

Art. 94. Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único. Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 95. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 1º As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 2º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra.

§ 3º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra.

§ 5º Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§ 6º A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 96. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

Art. 97. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo único. O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação de Comissão.

Art. 98. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo único. Quando as conclusões da Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 99. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.

Art. 100. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente, da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.

§ 1º Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou desistência dela;

II - permissão para falar sentado;

III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV - observância de disposição regimental;

V - retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;

VI - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

VII - justificativa de voto e sua transcrição em ata;

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

VIII - verificação de quorum;

IX - licença de Vereador para ausentar-se da sessão.

§ 2º Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I - prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;

II - dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;

III - destaque de matéria para votação;

IV - votação a descoberto;

V - encerramento de discussão;

VI - inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;

VII - (Revogado pela Resolução nº 02/2026)

VIII - impugnação ou retificação da ata;

IX - manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com a matéria em debate;

X - dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis;

XI - declaração em Plenário de interpretações do Regimento.

§ 3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

I - audiência de Comissão Permanente;

II - juntada de documentos a processo ou desentranhamento;

III - transcrição integral de proposição ou documento em ata;

IV - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;

V - anexação de proposições com objeto idêntico;

VI - informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;

VII - constituição de Comissões Especiais e de Inquérito;

VIII - retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia;

IX - convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário.

Art. 101. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando a destituição de membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. Para efeitos regimentais, equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político-administrativa.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 101-A. Moção é a proposição escrita pela qual a Câmara Municipal manifesta, por deliberação do Plenário, apoio, congratulação, repúdio, pesar ou apelo, dirigidos a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, ou a fato de relevante interesse público. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

Parágrafo único. A moção tramitará na forma prevista para os requerimentos sujeitos à deliberação do Plenário, dispensado o parecer das Comissões Permanentes.

CAPÍTULO III
Da Apresentação das proposições

Art. 102. Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta de sessão ordinária, exceto nos casos previstos no art. 88, VIII, IX e X, deverá ser apresentada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência na Secretaria da Câmara, que as protocolará, numerando-as e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 103. Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 104. As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto em regime de urgência especial, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º As emendas à proposta orçamentária, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão oferecidas no prazo de 10 dias, a partir da inserção da matéria no expediente, à Comissão de Finanças e Orçamento.

§ 2º As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas no prazo de 15 dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 105. As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 106. O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:

I - em matéria que não seja de competência do Município;

II - que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;

III - que visa delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;

IV - que, sendo de iniciativa do Prefeito, tenha sido apresentada por Vereador;

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

V - que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;

VI - que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

VII - que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 87 a 91 deste Regimento;

VIII - quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, e não observar a restrição constitucional ao poder de emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX - quando a Indicação versar matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

X - quando a Representação não se encontrar devidamente documentada ou argüir fatos irrelevantes ou impertinentes;

XI - quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.

Parágrafo único. Exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para o devido parecer.

CAPÍTULO IV
Retirada de Proposições

Art. 107. A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

I - quando de autoria de um, com apoiamento de mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos subscritores;

II - quando de autoria de Comissão ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

III - quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito, não podendo ser recusada;

IV - quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores.

§ 1º O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciada a votação da matéria.

§ 2º Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo Presidente, em caso contrário, pelo Plenário.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 3º A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

Art. 108. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, em tramitação na Casa, sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:

I - as de iniciativa das Comissões Especiais;

II - as de iniciativa das Comissões Parlamentares de Inquérito;

III - as de iniciativa do Executivo sujeitas a deliberação em prazo certo, exceto as que abram crédito suplementar.

Parágrafo único. O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retramitação.

Art. 109. Os requerimentos a que se refere o § 1º do art. 100, serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão.

CAPÍTULO V
Da Tramitação das Proposições

Art. 110. Recebida qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste Capítulo.

§ 1º Para iniciar a tramitação, com a leitura no Plenário, toda matéria, com exceção das indicações, requerimentos e das emendas oferecidas por ocasião dos debates, será fotocopiada e distribuída a todos os Vereadores, 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão.

§ 2º A falta de entrega de cópia ao Vereador no prazo previsto no § 1º, só será suprida se a cópia for entregue e aceita pelo Vereador, antes do início da sessão.

§ 3º A Secretaria da Câmara manterá controle do registro das proposições apresentadas, por tipo e por autor, na forma que dispuser ato normativo próprio. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

Art. 111. Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo 1º Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes, para os pareceres técnicos.

§ 1º No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§ 2º Nenhuma proposição, salvo as indicações, moções e requerimentos, poderá ser apreciada pelo Plenário sem o parecer das Comissões Permanentes. *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 112. As emendas e subemendas, serão obrigatoriamente apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.

Art. 113. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicando o veto a esta, a matéria será incontinente encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no art. 61 deste Regimento.

§ 1º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto de maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 2º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 3º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 4º Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 114. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 115. As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas, independente de deliberação do Plenário, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.

Parágrafo único. No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.

Art. 116. Os requerimentos que se referem os §§ 1º e 2º do art. 100, serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

Parágrafo único. Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o § 3º do art. 100, com exceção daqueles dos incisos I, II, III, IV e V.

Art. 117. Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido, sendo deliberado pelo Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

CAPÍTULO VI
Do Regime de Urgência

Art. 118. As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 1º O regime de urgência especial implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzidos para metade do prazo previsto neste Regimento, e a não concessão de vistas.

§ 2º Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria, suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão.

§ 3º O regime de urgência simples implica a impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurando à proposição inclusão, em seguida prioridade, na Ordem do Dia.

Art. 119. A concessão de urgência especial dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa ou de Comissão, de autores da proposição em assuntos de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda, por proposta da maioria dos membros da edilidade, devendo ser transcrito na ata da sessão.

§ 1º O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º Concedida a urgência especial, na mesma sessão o Presidente encaminhará o projeto às Comissões competentes, que poderão em conjunto emitir o parecer sobre o projeto.

Art. 120. O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário através de requerimento verbal de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público que exige, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo único. Serão incluídos no regime de urgência simples independente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I - a proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II - os projetos de lei do executivo sujeitos à apreciação em prazo certo a partir das 03 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III - o veto quando escoados 2/3 do prazo para sua apreciação.

Art. 121. As proposições em regime de urgência especial ou simples e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título IV deste Regimento.

Art. 122. Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retramitação.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

TÍTULO V
Das Sessões da Câmara

CAPÍTULO I
Das Sessões em Geral

Art. 123. As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso, às mesmas, do público em geral.

§ 1º Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara, poder-se-á publicar a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§ 2º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:

I - apresente-se convenientemente trajado;

II - não porte arma;

III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;

V - atenda às determinações do Presidente.

§ 3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.

Art. 123-A. As sessões da Câmara Municipal serão transmitidas ao vivo por meio de canal oficial de comunicação na internet, ficando a gravação disponível para acesso público em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, contado do encerramento da sessão. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

Parágrafo único. A impossibilidade eventual e devidamente justificada de transmissão não prejudicará a validade da sessão, devendo o fato constar da ata.

Art. 123-B. Nas hipóteses de calamidade pública, força maior ou outra situação excepcional reconhecida pela Mesa, as sessões poderão ser realizadas em formato híbrido, com a participação de Vereadores de forma presencial e remota, por sistema de videoconferência que assegure a identificação do parlamentar e a segurança da votação. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

§ 1º Considera-se válido, para todos os efeitos regimentais, inclusive de quorum, o voto proferido por Vereador em participação remota, nos termos deste artigo.

§ 2º Ato da Mesa disciplinará os aspectos operacionais da sessão híbrida, observadas as garantias de publicidade e de registro previstas neste Regimento.

Art. 124. As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Parágrafo único. Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.

Art. 125. (Revogado pela Resolução nº 02/2026)

Art. 126. A Câmara somente se reunirá quando tenham comparecido, à sessão, pelo menos 1/4 dos Vereadores que a compõem, não podendo contudo deliberar sobre nenhuma matéria, sem que estejam presentes a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 127. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.

§ 1º A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

CAPÍTULO II
Das Atas das Sessões

Art. 128. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º As indicações e os requerimentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com menção da respectiva numeração e as demais proposições e documentos com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 2º A ata da sessão anterior que ficará à disposição dos Vereadores até 24 horas de antecedência, será lida e votada sem discussão na sessão subsequente.

§ 3º A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.

§ 4º Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco.

§ 5º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.

§ 6º Requerida a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.

§ 7º Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, será ela incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 8º Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

§ 9º Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§ 10. (Revogado pela Resolução nº 02/2026)

Art. 129. A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão, com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO III
Das Sessões Ordinárias

Art. 130. As Sessões Ordinárias serão realizadas todas as segundas-feiras, com duração de até 03 (três) horas iniciando-se às 19:00 horas. *(Redação dada pela Resolução nº 01/2025)*

§ 1º A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 minutos, para a conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 2º O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§ 3º Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, devendo o novo requerimento ser oferecido até 05 (cinco) minutos antes do término daquela.

§ 4º Havendo 02 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação será votado o que visar menor prazo, ficando prejudicados os demais.

Art. 131. As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Explicações Pessoais.

§ 1º No início dos trabalhos feita a chamada dos Vereadores pelo Primeiro Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

§ 2º Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavrar ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.

Art. 132. O Pequeno Expediente terá duração máxima de 30 minutos e se destinará à leitura da ata da sessão anterior, das correspondências dirigidas ao Poder Legislativo e indicações devidamente apresentadas, obedecida a ordem de leitura dos expedientes:

I - expedientes oriundos do Prefeito;

II - expedientes oriundos de diversos;

III - expedientes apresentados por Vereador;

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

IV - indicações.

§ 1º O tempo restante do Pequeno Expediente será adicionado ao Grande Expediente e assim sucessivamente até o das Explicações Pessoais.

§ 2º O Vereador só poderá falar no Pequeno Expediente, após a leitura da ata, solicitando a palavra “pela ordem” para comunicar falecimento, renúncias ou solicitar retificação da ata, não podendo ser interrompido ou aparteado.

Art. 133. O Grande Expediente terá duração máxima de 45 minutos e se destinará à leitura das demais proposições regularmente protocoladas, discussão e votação de requerimentos e indicações sujeitas à deliberação do Plenário, sendo dividido o tempo restante entre os oradores inscritos para o uso da palavra, para tratar de matérias constantes da Ordem do Dia da sessão.

§ 1º A leitura das matérias no Grande Expediente pelo 1º Secretário obedecerá a seguinte ordem:

I - projeto de lei complementar;

II - projeto de lei ordinária;

III - veto;

IV - projeto de decreto legislativo;

V - projeto de resolução;

VI - demais proposições.

§ 2º O Vereador que, inscrito para falar não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 134. A Ordem do Dia terá duração máxima de 60 minutos e destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.

§ 1º Na sessão em que não houver pauta para a Ordem do Dia, o tempo previsto para esta será incorporado ao Grande Expediente.

§ 2º Na Ordem do Dia, verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º Não se verificando quorum regimental, o Presidente aguardará por 15 minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

§ 4º A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.

§ 5º O Presidente determinará ao 1º Secretário a leitura de proposição:

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

I - constante da pauta e aprovada conclusivamente pelas Comissões Permanentes, para apreciação de eventual recurso, de um terço dos membros da Casa, conforme o disposto no parágrafo 2º do art. 43 deste Regimento;

II - sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.

§ 6º A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

I - matérias em regime de urgência especial;

II - matérias em regime de urgência simples;

III - vetos;

IV - matérias em discussão única;

V - matérias em segunda discussão;

VI - matérias em primeira discussão;

VII - recursos;

VIII - demais proposições.

§ 7º As matérias de igual classificação figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação.

§ 8º O 1º Secretário procederá a leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

§ 9º Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão, facultado o conhecimento a todos os Vereadores.

§ 10. Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, sempre que possível, a Ordem do Dia da sessão seguinte e em seguida concederá a palavra para as Explicações Pessoais aos que a tenham solicitado durante a sessão ao 1º Secretário, observada a ordem da inscrição e o prazo regimental.

Art. 135. As Explicações Pessoais terão a duração máxima de 45 minutos e destinar-se-ão a pronunciamento de Vereador, devidamente inscrito até o final da Ordem do Dia, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município, por 5 (cinco) minutos, facultado 1/3 a mais do tempo aos líderes.

§ 1º A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido por Vereador durante o pronunciamento.

§ 2º Não havendo mais oradores para falar nas Explicações Pessoais, ou se ainda os houver, e o tempo regimental estiver esgotado, o Presidente declarará encerrada a sessão.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

CAPÍTULO IV
Das Sessões Extraordinárias

Art. 136. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias.

§ 1º A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 130 e seus parágrafos, no que couber.

§ 2º Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

Art. 137. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessário, inclusive no período de recesso legislativo;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da casa, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Art. 138. As sessões extraordinárias serão convocadas mediante comunicação escrita aos Vereadores com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local.

Parágrafo único. Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos Vereadores ausentes à mesma.

Art. 139. A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto a aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 128 e seus parágrafos.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO V
Das Sessões Solenes

Art. 140. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

§ 1º As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§ 2º Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviço, sempre a critério do Presidente da Câmara.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 141. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, que indicará a finalidade de reunião.

Parágrafo único. Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

TÍTULO VI
Das Discussões e Deliberações

CAPÍTULO I
Das Discussões

Art. 142. Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.

§ 1º Não estão sujeitos à discussão:

I - as indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 115;

II - os requerimentos mencionados no art. 100, §§ 1º e 2º;

III - os requerimentos mencionados no art. 100, § 3º, I a V.

§ 2º O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I - de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II - da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III - de emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;

IV - de requerimento repetitivo.

§ 3º A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.

§ 4º As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, a qual não prejudica a apresentação de emendas.

Art. 143. Terão uma única discussão as seguintes proposições:

I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II - as que se encontrem em regime de urgência simples;

III - os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

IV - o veto;

V - os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VI - os requerimentos sujeitos a discussão;

VII - as emendas.

Art. 144. Terão 02 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no artigo anterior.

§ 1º Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

§ 2º É considerada aprovada toda proposição submetida a duas discussões, sempre que a mesma for aprovada na segunda discussão, mesmo que na primeira tenha sido rejeitada.

Art. 145. A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§ 1º O Presidente, autorizando o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulos, seções ou grupos de artigos.

§ 2º Quando tratar-se de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 3º Quando tratar-se de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto em primeira discussão.

Art. 146. Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Parágrafo único. Na hipótese do “caput” deste artigo, sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes afetas à matéria, salvo se o Plenário dispensar o parecer.

Art. 147. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.

Art. 148. O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1º O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º Apresentados 02 (dois) ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 3º Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

§ 4º O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 02 (dois) dias para cada um deles.

Art. 149. Encerra-se a discussão de qualquer proposição:

I - pela ausência de oradores;

II - por decurso de prazos regimentais;

III - por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto, pelo menos 04 (quatro) Vereadores, dentre os quais, o autor, salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II
Da Disciplina dos Debates

Art. 150. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I - falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II - dirigir-se-á ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III - não usará da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente ou do orador, quando for o caso;

IV - referir-se-á ou dirigir-se-á a outro Vereador pelo tratamento de excelência.

Art. 151. Ao Vereador que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:

I - usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre matéria vencida;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - deixar de atender as advertências do Presidente.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Parágrafo único. para fins deste artigo, considera-se matéria vencida, aquela já deliberada pelo Plenário, aquela regimentalmente dada por encerrada a sua discussão e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.

Art. 152. O Vereador somente usará da palavra:

I - no expediente quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;

II - para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III - para apartear na forma regimental;

IV - para explicação pessoal;

V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI - para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 153. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - para leitura de requerimento de urgência;

II - para comunicação importante à Câmara;

III - para recepção de visitantes;

IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V - para atender o pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.

Art. 154. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I - ao autor da proposição em debate;

II - ao relator do parecer em apreciação;

III - ao autor da emenda;

IV - alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate.

Art. 155. Para o aparte, ou interrupção do orador por outro, para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I - o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 (três) minutos;

II - não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;

III - não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

IV - o aparteante permanecerá de pé enquanto aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.

Art. 156. Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem e apartear;

II - 05 (cinco) minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda; discutir parecer, falar no Grande Expediente, nas Explicações Pessoais e proferir explicação pessoal;

III - 10 (dez) minutos para discutir projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, artigo isolado de proposição e veto;

IV - 15 (quinze) minutos para discutir a proposta orçamentária, a prestação de contas, a destituição de membro da Mesa e processo de cassação do Prefeito ou Vereador, salvo quando se tratar do acusado, cujo prazo será o indicado na lei federal.

Parágrafo único. Não será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III
Das Deliberações e Votações

Seção I
Do Quorum Das Deliberações

Art. 157. As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.

Art. 158. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

I - código tributário do Município;

II - código de obras;

III - código de posturas;

IV - plano diretor de desenvolvimento integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;

V - lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;

VI - lei instituidora da guarda municipal;

VII - perda de mandato de Vereador;

VIII - rejeição de veto;

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

IX - criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;

X - fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

XI - obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município.

Parágrafo único. Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art. 159. Dependerão de voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

I - Regimento Interno da Câmara;

II - concessão de serviços públicos;

III - concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;

IV - alienação de bens imóveis do Município;

V - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;

VI - denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

VII - concessão de títulos honoríficos e honrarias;

VIII - concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;

IX - transferência da sede do Município;

X - deliberação da Câmara Municipal em sentido contrário ao parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre as contas do Prefeito Municipal, seja para rejeitar parecer pela aprovação, seja para aprovar contas cujo parecer prévio tenha sido pela rejeição; *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

XI - alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;

XII - criação, organização e supressão de distritos;

XIII - o recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereador, no caso de apuração de crime de responsabilidade.

Art. 160. Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima prevista no art. 134, § 4º, o Vereador não poderá recusar-se a votar.

Art. 161. O Vereador estará impedido de votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada para efeito de quorum.

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 1º No curso da votação é facultado ao Vereador impugná-la perante o Plenário ao constatar que dela esteja participando Vereador impedido de votar.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 162. Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo regimental da sessão, esta considerar-se-á prorrogada até ser concluída a votação da matéria em causa.

Art. 163. A deliberação realiza-se através da votação.

Parágrafo único. Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Seção II
Das Votações

Art. 164. Ressalvadas as exceções previstas neste Regimento, o voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo único. (Revogado pela Resolução nº 02/2026)

Art. 165. O voto será secreto: *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

I - na eleição da Mesa;

II - nas deliberações sobre o veto;

III - nas deliberações sobre perda de mandato de Vereador e Prefeito;

IV - na concessão de título de cidadão honorário e benemérito.

Art. 166. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.

§ 1º O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de voto secreto, o qual será através de cédulas.

§ 3º Quando disponível, a votação nominal será realizada por meio de painel eletrônico instalado no Plenário, hipótese em que o registro do voto de cada Vereador substituirá a chamada nominal prevista no § 2º deste artigo, observada a mesma publicidade. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026, com eficácia condicionada nos termos do seu art. 21)*

Art. 167. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental, ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

§ 1º Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

§ 2º Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§ 3º O Presidente em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 168. A votação será nominal nos casos em que seja exigido o quorum de maioria absoluta e dois terços.

Art. 169. Uma vez iniciada, a votação interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo único. Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 170. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus co-partidários, a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo único. Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, de julgamento das contas do Município, de processo cassatório ou de requerimento.

Art. 171. Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo único. Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, de veto, de julgamento das contas do Município e em qualquer caso em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 172. Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo único. Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.

Art. 173. Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 174. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo único. A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 175. Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 176. Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção vernácula, sendo em seguida encaminhada à Mesa que a colocará à disposição dos demais Vereadores para conhecimento, caso queiram.

§ 1º Caberá a Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resolução.

§ 2º Havendo contradição, obscuridade ou impropriedade lingüística na redação final, será admissível, a requerimento de no mínimo 1/3 dos membros da Câmara, o retorno da mesma à Comissão para nova redação final, ficando aprovada, se contra ela não votarem 2/3 dos componentes da edilidade.

Art. 177. Aprovado pela Câmara um projeto de lei, será enviado ao Prefeito, para a sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos. *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

§ 1º Os autógrafos serão expedidos e remetidos ao Prefeito no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da aprovação definitiva do projeto.

§ 2º Os originais dos projetos de lei aprovados serão arquivados na Secretaria da Câmara, sendo enviada cópia autêntica ao Executivo.

TÍTULO VII
Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I
Da Elaboração Legislativa Especial

Seção I
Do Orçamento

Art. 178. Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente e mandará distribuir cópias da mesma aos Vereadores enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento, para recebimento de emendas nos 10 (dez) dias seguintes.

Art. 179. A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, sobre o projeto e as emendas, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, findo os quais com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 180. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas, no uso da palavra.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 181. Se forem aprovadas as emendas, dentro de 03 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporação ao texto, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em seguida reincluída imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 182. Aplicam-se as normas desta Seção à proposta do plano plurianual e às diretrizes orçamentárias.

Seção II
Das Codificações e dos Estatutos

Art. 183. Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídas cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o recebimento de emendas e sugestões nos 15 (quinze) dias seguintes.

§ 1º A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialistas na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§ 2º A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas; findo os quais, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

§ 3º Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aos autores das emendas.

§ 4º Aprovada em primeira discussão, a matéria voltará à Comissão por mais 05 (cinco) dias, para incorporação das emendas aprovadas, sendo incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, para a deliberação final.

CAPÍTULO II
Do Julgamento das Contas

Art. 184. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre as contas do Prefeito Municipal, o Presidente determinará, no prazo de 5 (cinco) dias: *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

I - a notificação pessoal do Prefeito Municipal quanto ao recebimento do parecer prévio e à instauração do processo de julgamento;

II - a distribuição de cópia do parecer prévio a todos os Vereadores;

III - a publicação do parecer prévio no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal;

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

IV - o envio do processo à Comissão de Finanças e Orçamento.

§ 1º A Comissão de Finanças e Orçamento terá 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, para apresentar parecer conclusivo, acompanhado de projeto de decreto legislativo pela aprovação ou pela rejeição das contas.

§ 2º Sempre que o parecer prévio tratar de políticas públicas relacionadas às áreas de competência de outras Comissões Permanentes, o Presidente determinará a oitiva simultânea das respectivas comissões temáticas, que se manifestarão no mesmo prazo do § 1º deste artigo.

§ 3º Para a instrução do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento, isoladamente ou em conjunto com as comissões temáticas ouvidas, poderá realizar diligências e vistorias, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

§ 4º O processo de julgamento das contas ficará disponível para consulta pública, inclusive por meio eletrônico, durante toda a sua tramitação, facultada a qualquer cidadão a apresentação de manifestação escrita, que instruirá o processo sem caráter vinculante.

§ 5º O julgamento das contas pelo Plenário será concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento do parecer prévio, salvo prorrogação justificada, aprovada pela maioria dos Vereadores, observadas as suspensões previstas nos artigos 184-A, parágrafo 4º, e 184-B, parágrafo 7º.

Art. 184-A. Antes da inclusão do processo na Ordem do Dia para julgamento final, será assegurado ao Prefeito Municipal o exercício do contraditório e da ampla defesa, observado o seguinte procedimento: *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

I - notificação pessoal do Prefeito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para o julgamento, instruída com cópia integral do parecer prévio e do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento;

II - prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, para apresentação de defesa escrita, prorrogável nos termos dos parágrafos 2º e 3º deste artigo;

III - juntada da defesa aos autos e remessa à Comissão de Finanças e Orçamento, que se manifestará em 10 (dez) dias;

IV - abertura de prazo de 5 (cinco) dias para alegações finais do Prefeito ou de procurador legalmente constituído, após a manifestação da Comissão.

§ 1º Findo o procedimento previsto neste artigo, com ou sem a apresentação de defesa, o processo será incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte, para julgamento final pelo Plenário.

§ 2º O Prefeito Municipal, pessoalmente ou por procurador legalmente constituído, poderá requerer a prorrogação do prazo da defesa escrita, uma única vez e por até 15 (quinze) dias, mediante

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

requerimento fundamentado na complexidade da matéria, no volume da documentação ou em outra circunstância relevante, apresentado antes do término do prazo originário.

§ 3º O Presidente decidirá o requerimento em até 2 (dois) dias, por despacho fundamentado, concedendo a prorrogação sempre que demonstrada a complexidade da matéria. Da decisão que indeferir o pedido caberá recurso à Mesa, no prazo de 2 (dois) dias, que o decidirá em igual prazo.

§ 4º Concedida a prorrogação, o Presidente redesignará a data do julgamento e promoverá nova notificação pessoal do Prefeito, observada a antecedência mínima do inciso I deste artigo. O prazo do parágrafo 5º do artigo 184 ficará suspenso durante a prorrogação.

Art. 184-B. Surgindo, após a apresentação da defesa escrita e até o início da votação, fato ou documento novo relevante para o julgamento das contas, inclusive em decorrência de diligência (artigo 184, parágrafo 3º), de manifestação de cidadão (artigo 184, parágrafo 4º) ou de parecer de comissão, será assegurada ao Prefeito Municipal defesa complementar, com observância do contraditório e da ampla defesa. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

§ 1º Considera-se fato ou documento novo aquele que não constava dos autos quando da notificação prevista no inciso I do artigo 184-A.

§ 2º O Presidente determinará, em até 2 (dois) dias, a juntada do fato ou documento novo e a notificação pessoal do Prefeito, com cópia integral, para apresentar defesa complementar em 10 (dez) dias, podendo requerer a produção de provas e a realização de diligências.

§ 3º Apresentada a defesa complementar, ou findo o prazo sem manifestação, o processo será remetido à Comissão de Finanças e Orçamento e, quando for o caso, às comissões temáticas, que se manifestarão em 5 (cinco) dias, seguindo-se prazo de 5 (cinco) dias para alegações finais do Prefeito, restritas ao fato ou documento novo.

§ 4º Aplica-se à defesa complementar a prorrogação do parágrafo 2º do artigo 184-A, por até 5 (cinco) dias.

§ 5º É vedado fundamentar a decisão em fato ou documento novo sobre o qual não tenha sido assegurado o contraditório, sob pena de nulidade.

§ 6º Se o fato ou documento novo surgir após a inclusão do processo na Ordem do Dia, o Presidente o retirará da pauta até a conclusão do procedimento deste artigo.

§ 7º O prazo do parágrafo 5º do artigo 184 ficará suspenso durante o procedimento deste artigo.

Art. 185. O projeto de decreto pela aprovação ou pela rejeição das contas do Prefeito Municipal será submetido a uma única discussão e votação nominal, em sessão pública, assegurado o amplo debate sobre a matéria, sendo vedada a apresentação de emendas. *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

Art. 186. Concluída a votação, será promulgado o decreto legislativo que conterá, no mínimo: *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

Diário Oficial Eletrônico do Município
De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

I - dispositivo, com a conclusão pela aprovação ou pela rejeição das contas;

II - relatório sucinto do processo, com indicação das providências adotadas nos termos dos artigos 184, 184-A e 184-B deste Regimento.

§ 1º Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o decreto legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância, observado o quórum de 2/3 (dois terços) dos Vereadores previsto no art. 159, inciso X, deste Regimento.

§ 2º As razões de voto divergente manifestadas pelos Vereadores poderão ser transcritas integralmente na ata da sessão de julgamento, a requerimento do próprio Vereador.

§ 3º O decreto legislativo, acompanhado de cópia integral do processo, será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná no prazo de 15 (quinze) dias, contado da promulgação, e, no caso de rejeição das contas, no mesmo prazo, também ao Ministério Público Estadual.

Art. 186-A. Caberão embargos de declaração contra o decreto legislativo que julgar as contas do Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação, quando houver omissão, contradição ou obscuridade. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026)*

§ 1º Os embargos serão opostos por escrito, por qualquer Vereador ou pelo Prefeito Municipal, e distribuídos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitirá parecer no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e serão julgados pelo Plenário na sessão ordinária subsequente à apresentação do parecer.

Art. 187. Nas sessões em que se deva discutir as contas do Prefeito Municipal, o Expediente se reduzirá em 30 (trinta) minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria. *(Redação dada pela Resolução nº 02/2026)*

CAPÍTULO III
Da Convocação dos Secretários Municipais

Art. 188. A Câmara poderá convocar os secretários municipais ou assemelhados para prestar informações perante o Plenário, sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

TÍTULO VIII
Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

CAPÍTULO I
Das Interpretações e dos Precedentes

Art. 189. As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador .

Parágrafo único. Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação, na solução de casos análogos.

Art. 190. Os casos não previstos neste Regimento, serão resolvidos soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Seção Única
Da Ordem

Art. 191. Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º O proponente não observando o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não considerar a questão levantada.

§ 3º Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.

§ 4º Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.

Art. 192. Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra “pela ordem”, para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento, desde que observe o disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO II
Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma

Art. 193. A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Art. 194. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-se em separata.

Art. 195. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de dois terços dos membros da edilidade mediante proposta:

I - da maioria absoluta dos Vereadores;

II - da Mesa em colegiado;

III - de uma das Comissões Permanentes da Câmara.

TÍTULO IX
Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art. 196. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por Regulamento Interno próprio, aprovado pelo Plenário e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.

§ 1º Caberá ao 1º Secretário supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno.

§ 2º O Regulamento Interno obedecerá o disposto na Lei Orgânica do Município e aos seguintes princípios:

I - descentralização e agilização de procedimentos administrativos;

II - orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, sejam executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades, e que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos em Comissão, de livre nomeação e exoneração, que deverão observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal;

III - adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação, treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.

§ 3º Os serviços de tramitação, registro e controle dos atos legislativos serão realizados por meio de sistema eletrônico oficial, cuja gestão caberá à Secretaria da Câmara, sob supervisão do 1º Secretário. *(Incluído pela Resolução nº 02/2026, com eficácia condicionada nos termos do seu art. 21)*

Art. 197. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos, deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa da Câmara, para as providências necessárias.

Art. 198. A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

I - de atas das sessões;

II - de atas das reuniões das Comissões;

III - de atas das reuniões da Mesa;

IV - de registro de leis, decretos legislativos e resoluções;

V - de termos de posse de funcionários;

VI - de declaração de bens dos Vereadores;

VII - de termo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

VIII - de termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§ 1º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim.

§ 2º Os livros adotados nos serviços administrativos da Secretaria poderão ser substituídos por fichas ou por outro sistema equivalente.

TÍTULO X
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 199. A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 200. Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 201. Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

Art. 202. Lei complementar de infrações político-administrativas, bem como a Lei que regulará o funcionamento das Comissões de Inquérito, poderão ser votadas através de projeto apresentado pela Mesa, pelo Poder Executivo ou pela maioria dos líderes da bancada, desde que observados os princípios e normas gerais da legislação federal específica.

Art. 203. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil, administrativa e penal.

Art. 204. À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 205. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Florestópolis, em 24 de outubro de 2000.

FLÁVIA ROMAGNOLI
Presidente

LAÉRCIO SEVERINO CASCIQUE
Vice-Presidente

AYRTON CAPASSI
1º Secretário

DANIEL MALAQUIAS DOS REIS
2º Secretário

Demais Vereadores:
JOSÉ ANTONIO MORAES
ELSON SOARES
DIMAS LEOCÁDIO DA SILVA
OLÍVIO IVAN RODRIGUES
NELSON NECO CAVALCANTE

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

ANEXO I
Legislaturas do Município

1ª LEGISLATURA **(1952-1956)**

PREFEITO: GUILHERME MASIRONE

VEREADORES:
ENES GALVÃO
HELIO AUGUSTO DA SILVA
HENRIQUE JOSÉ DA SILVA
JOSÉ BARROS BOTELHO / SEBASTIÃO DA FONSECA BROCA
JOSÉ BRAGA
JOSÉ RIBEIRO ROSA
MARIANO GOMES / HERALDO DE OLIVEIRA
NELSINO RAVAGNANI
PEDRO TAVARES DA SILVA

2ª LEGISLATURA **(1957-1960)**

PREFEITO: NICOLAU CALDEIRA

VEREADORES:
ENES GALVÃO
GUILHERME MASIRONE
JAMIL SAFADI
JOSÉ BRAGA / LEONEL JULIANI
MANOEL BRAZ DA SILVA / BENEDITO LESSA
NICANOR RAVAGNANI
PAULO MANZINI / DURVALINO LAGO
SEBASTIÃO DA FONSECA BROCA / LAUDELINO FORTUNATO DA SILVA
SEBASTIÃO PARENTE

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

3ª LEGISLATURA **(1960-1965)**

PREFEITO: BENEDITO URSI
VICE-PREFEITO: MANOEL TUDELA

VEREADORES:
DURVALINO LAGO
GUILHERME MASIRONE
GUINO TONIN / SAULO GALVÃO
JOÃO LAURINDO VERSOZA / JOSÉ CARNELOSSI
MIGUEL JÓIA
OSVALDO BIAZOTI / EMÍLIO RUIZ GOMES
PERSIO ONOFRE BUGHI / JOSÉ DE MATTOS
SEBASTIÃO DA FONSECA BROCA
SEBASTIÃO PARENTE / SEBASTIÃO FERREIRA RIBEIRO

4ª LEGISLATURA **(1965-1969)**

PREFEITO: NICANOR RAVAGNANI
VICE-PREFEITO: JOÃO DA FONSECA BROCA

VEREADORES:
AMADEU RIBEIRO DE LIMA
DIOGO SIMÃO SOBRINHO
GUILHERME MASIRONE
JOÃO RUIZ GOMES
JOSÉ RIBEIRO ROSA
JUVÊNCIO DE SOUZA AGUIAR
MANOEL TUDELA
SEBASTIÃO DA FONSECA BROCA / NATAL SALATINE
SERGIO BIBIANO RODRIGUES

5ª LEGISLATURA **(1969-1973)**

PREFEITO: JOSÉ RIBEIRO ROSA
VICE-PREFEITO: JOÃO DA FONSECA BROCA

VEREADORES:
ANIBAL RIBEIRO DE LIMA
BEILE BERGAMASCO / MANOEL BOTELHO CORDEIRO
BENTO JOSÉ DE ALMEIDA / ATAIDE DA COSTA GOMES
GERALDO RIBEIRO ROSA
JOSÉ ANTONIO MORAES
JOSÉ FERREIRA AZEVEDO
JOVINO PEREIRA DE BRITO
JURANDIR DE FREITAS / NICOLAU CALDEIRA
NICANOR HIGINO RAVAGNANI

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

6ª LEGISLATURA **(1973-1977)**

PREFEITO: EMILIO RUIZ GOMES
VICE-PREFEITO: DURVALINO LAGO

VEREADORES:
APARECIDO DA ROCHA / ELÇO FURINI
ARMELINDO GONÇALVES ORTEGA / OZAIR RODRIGUES
JOSÉ ANTONIO MORAES
JOSÉ FERREIRA AZEVEDO
JOVINO PEREIRA DE BRITO
MANOEL BOTELHO CORDEIRO
NICANOR HIGINO RAVAGNANI / MOACIR FIOREZI
PEDRO JULIÃO PAULINO
WANDERLEY LUNARDELLI / MARIA HELENA DE SOUZA

7ª LEGISLATURA **(1977-1983)**

PREFEITO: JOSÉ ANTONIO MORAES
VICE-PREFEITO: ANTONIO ORTEGA GONÇALVES

VEREADORES:
ANIZIO FÁVERO
ANTONIO CARLOS FERREIRA REGO
ARMELINDO GONÇALVES ORTEGA
AUGUSTO CICONATO
DÉCIO FERREIRA
JOSÉ FRANCO SERAPIÃO
LUIZ LOPES BARBOSA
OSMAR PEREIRA DE BRITO
SERGIO BIBIANO RODRIGUES

8ª LEGISLATURA **(1983-1988)**

PREFEITO: MARCIO FRANCISCO DE SOUZA
VICE-PREFEITO: AUGUSTO CICONATO

VEREADORES:
ANTONIO CARLOS FERREIRA REGO
DÉCIO FERREIRA
ED ROBERTO RAVAGNANI
GALENO MIGUEL DE OLIVEIRA / JOSÉ ALVES DOS SANTOS
JESUS FAUSTINO FILHO
JOSÉ FRANCO SERAPIÃO
LUDUELTE PEREIRA TARUMA / JORGE FERREIRA DE OLIVEIRA
LUIZ LOPES BARBOSA
SERGIO BIBIANO RODRIGUES

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

9ª LEGISLATURA **(1989-1992)**

PREFEITO: JOSÉ ANTONIO MORAES
VICE-PREFEITO: JOÃO CARNELOSSI SOBRINHO

VEREADORES:
ANTONIO CARLOS FERREIRA REGO
AUGUSTO CICONATO
DÉCIO FERREIRA
GENÉSIO MAZAR CASTRO
JOSÉ CAPACCI
NELSON GONÇALVES CORREIA
NICANOR HIGINO RAVAGNANI
SEBASTIÃO GOMES DE SOUZA / JESUS FAUSTINO FILHO
WILSON ANTONIO BALDÍVIA

10ª LEGISLATURA **(1993-1996)**

PREFEITO: MARCIO FRANCISCO DE SOUZA
VICE-PREFEITO: CLÁUDIO ROMAGNOLI

VEREADORES:
AUGUSTO CICONATO
AYRTON CAPASSI
GENÉSIO MAZAR CASTRO
IVONE LINARES SANCHES CARNELOSSI
JEFFERSON MÁXIMO MOREIRA
JORGE FERREIRA DE OLIVEIRA
JOSÉ VEIGA ALEXANDRE
OLÍVIO IVAN RODRIGUES
ONÍCIO FRANCISCO DE SOUZA

11ª LEGISLATURA **(1997-2000)**

PREFEITO: NELSON GONÇALVES CORREIA
VICE-PREFEITO: ÉLIO BOCATO

VEREADORES:
AYRTON CAPASSI
DANIEL MALAQUIAS DOS REIS
DIMAS LEOCÁDIO DA SILVA
ELSON SOARES
FLÁVIA ROMAGNOLI
JOSÉ ANTONIO MORAES
LAÉRCIO SEVERINO CASCIQUE
NELSON NECO CAVALCANTE
OLÍVIO IVAN RODRIGUES

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

12ª LEGISLATURA **(2001-2004)**

PREFEITO: OLÍVIO IVAN RODRIGUES
VICE-PREFEITO: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA

VEREADORES:
AIRTON APARECIDO MARTINS / EDSON APARECIDO SAMPAIO
AYRTON CAPASSI
DÉCIO FERREIRA
GALENO MIGUEL DE OLIVEIRA
JOSÉ ANTONIO MORAES
LAÉRCIO SEVERINO CASCIQUE
MARCELO RODRIGUES
NELSON NECO CAVALCANTE
NIXON RICHARD CICONATO / JOSUÉ SOUTO

13ª LEGISLATURA **(2005-2008)**

PREFEITO: NELSON GONÇALVES CORREIA
VICE-PREFEITO: POLIANNE ANDREZZA TENAN

VEREADORES:
APARECIDA RIBEIRO CORREIA
AYRTON CAPASSI
ÉLIO BOCATO
ELSON SOARES
JOSÉ ANTONIO MORAES
MARCELO RODRIGUES
MARCIO FRANCISCO DE SOUZA
ONÍCIO DE SOUZA (NICINHO)
SILVIO JORGE DE OLIVEIRA (BIBA)

14ª LEGISLATURA **(2009-2012)**

PREFEITO: ONÍCIO DE SOUZA (NICINHO)
VICE-PREFEITO: ÉLIO BOCATO

VEREADORES:
ADEMILTO LIDUÍNO (DAL)
APARECIDA RIBEIRO CORREIA
AYRTON CAPASSI
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA (BIDUFA)
JOSÉ ANTONIO MORAES
MARCELO RODRIGUES
MARCIO FRANCISCO DE SOUZA
SANTO CALEGARI (SANTINHO)
SILVIO JORGE DE OLIVEIRA (BIBA)

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

15ª LEGISLATURA **(2013-2016)**

PREFEITO: ONÍCIO DE SOUZA (NICINHO)
VICE-PREFEITO: ÉLIO BOCATO

VEREADORES:
ADEMILTO LIDUÍNO (DAL)
AYRTON CAPASSI
DENEVAL BONI (BONI)
DOUGLAS JOSÉ DE SALES
ELSON SOARES
JOSÉ ANTONIO MORAES
MARCELO RODRIGUES
SILVIO JORGE DE OLIVEIRA (BIBA)
WALTER XAVIER DA CRUZ (GEMINHO)

16ª LEGISLATURA **(2017-2020)**

PREFEITO: NELSON CORREIA JUNIOR
VICE-PREFEITO: NILSON SOARES (NILCINHO)

VEREADORES:
AMEGILDA NEVES DE ALMEIDA OLIVEIRA
ANIBAL BATISTA DA SILVA
GEOMAR MAZAR CASTRO (MAZINHO)
JOSÉ SOARES PEIXOTO (ZÉZÃO)
JOSÉ ANTONIO MORAES
MARCELO RODRIGUES
SANTO CALEGARI (SANTINHO)
SERGIO MIRANDA RIZZO
SILVIO JORGE DE OLIVEIRA (BIBA)

17ª LEGISLATURA **(2021-2024)**

PREFEITO: ONÍCIO DE SOUZA (NICINHO)
VICE-PREFEITO: DAVI APARECIDO DE CARVALHO

VEREADORES:
ADRIANA PASSONI GOULART
AYRTON CAPASSI
CESAR DA CRUZ RODRIGUES (THUNAY)
DENYS TEIXEIRA SAUL
EDSON MARTINS DE CARVALHO (VIZINHO)
MARINHO NOVAIS LUZ NETO
SILVIO JORGE DE OLIVEIRA (BIBA)
VALDETE JOSE DE SOUZA (VAL)
VALMIR CLÁUDIO RODRIGUES (BILY)

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

18ª LEGISLATURA **(2025-2028)**

PREFEITO: ONÍCIO DE SOUZA (NICINHO)
VICE-PREFEITO: MARCELO RODRIGUES

VEREADORES:
AYRTON CAPASSI
DENYS TEIXEIRA SAUL
DIOGO KLEITON DA SILVA
GUILHERME DA FONSECA BRAZ
MARINHO NOVAIS LUZ NETO
NELSON GONÇALVES CORREIA
SILVIO JORGE DE OLIVEIRA (BIBA)
VALDETE JOSÉ DE SOUZA (VAL)
VALMIR CLÁUDIO RODRIGUES (BILLY)

MESA EXECUTIVA: BIÊNIO - 2025/2026

DENYS TEIXEIRA SAUL
PRESIDENTE

VALMIR CLÁUDIO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

AYRTON CAPASSI
1º SECRETÁRIO

GUILHERME DA FONSECA BRAZ
2º SECRETÁRIO

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

ANEXO II
Quadro das alterações incorporadas

Norma	Dispositivo	Efeito
Resolução nº 01/2025	Art. 130	Nova redação
Resolução nº 02/2025	Art. 85, §§ 1º a 3º	Suprimido
Resolução nº 02/2026	Art. 36, inciso IX	Revogado
Resolução nº 02/2026	Art. 42, Parágrafo único	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 44, § 2º	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 59	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 60	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 60-A	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 60-B	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 60-C	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 60-D	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 60-E	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 64, § 6º	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 88, inciso XIV	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 100, § 2º, inciso VII	Revogado
Resolução nº 02/2026	Art. 101-A	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 110, § 3º	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 111, § 2º	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 123-A	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 123-B	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 125	Revogado
Resolução nº 02/2026	Art. 128, § 10	Revogado
Resolução nº 02/2026	Art. 159, inciso X	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 164, Parágrafo único	Revogado
Resolução nº 02/2026	Art. 165	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 166, § 3º	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 177	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 184	Nova redação

Diário Oficial Eletrônico do Município De Florestópolis

Ano XIV	Edição nº 3.247	Publicação diária	Quinta-feira, 29 de Outubro de 2026

Norma	Dispositivo	Efeito
Resolução nº 02/2026	Art. 184-A	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 184-B	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 185	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 186	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 186-A	Acrescentado
Resolução nº 02/2026	Art. 187	Nova redação
Resolução nº 02/2026	Art. 196, § 3º	Acrescentado

A Resolução nº 01/2018 já constava do texto de 2020; sua redação do artigo 130 foi substituída pela Resolução nº 01/2025.